

CATALÃO NO MAPA DA EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS NOS ANOS 1980¹

Maria José da Silva
Universidade Federal de Goiás
mjsilva1960@yahoo.com.br

Resumo: O presente texto analisa a construção da expansão e interiorização da Universidade Federal de Goiás - UFG, nos anos 1980, e sobre o processo de inserção do município de Catalão nessa trajetória, resultando assim, na implantação do Campus Catalão da UFG. Realizamos uma pesquisa histórica de natureza teórica e de campo - uma pesquisa qualitativa. Identificamos os elementos contraditórios inerentes às relações estabelecidas no interior da UFG, bem como os existentes na sociedade civil e política de Catalão, portanto, compreendemos que no contexto das políticas macro-estruturais os intelectuais orgânicos, em suas práticas sócio-culturais e políticas, tecem os rumos das instituições.

Palavras-chave: universidade; expansão; interiorização

Durante os anos da Ditadura Militar, em especial com a Reforma Universitária – Lei 5.540/68 -, o Brasil teve uma expressiva expansão do ensino superior. Segundo José Silvério Baía Horta, no período de 1968 a 1972, o Conselho federal de Educação autorizou a criação de 479 novos cursos em estabelecimentos isolados federais e particulares, em cidades do interior. Criticamente explicita:

Do total de cursos autorizados pelo CFE, no período 1962-1972, cerca de 66% estavam situados em cidades do interior, contra 34% nas capitais. Em alguns Estados, o percentual de interiorização foi bem mais elevado: 87% no Rio de Janeiro, 86% no Paraná e no Rio Grande do Sul, 74% em São Paulo, 72% em Minas Gerais. Só no interior de São Paulo foram autorizados pelo CFE, até 1972, um total de 393 novos cursos (44% do total de cursos autorizados no país, pelo CFE, até 1972). Já tivemos ocasião de comentar a respeito do elevado número de cursos autorizados em cidades que contavam com menos de 100.000 habitantes, no momento da autorização (37% do total); vimos também que mais de uma centena de novos cursos foram autorizados em cidades com menos de 40.000 habitantes. Todos estes dados levam-nos a afirmar que o ensino superior, principalmente no que se refere ao ensino particular, expandiu-se dentro de uma tendência predominantemente interiorizante. (HORTA, 1975, p. 42).

Tendência essa que veio a contrariar as próprias diretrizes do Grupo de Trabalho para Expansão de Matrículas e do Decreto nº 63.341, de 01 de outubro de 1968, mas que expressou a cisão existente entre os conselheiros do Conselho Federal de Educação com relação “aos limites de liberdade da iniciativa privada na criação de novos cursos superiores” [...] (Horta, 1975. p. 38). Nesse sentido, o que era previsto pela Lei nº 5.540/68, em seu art. 2º que estabelece que o ensino superior [...] será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, tendeu a sumcubir, pois no Conselho Federal de Educação predominou a vontade política dos conselheiros liberais.

Com relação as instituições de ensino superior isoladas, a Lei nº 5.540/68, em seu art 8º determina que os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, sempre que possível, incorporar-se a universidades [...], enfim, o art 8º abria espaços para se criar um modelo regimental de ensino superior unificado. Entretanto, estudiosos como Horta (1975) e Trigueiro (1975) constataram que a excessão se transformou em regra.

À crescente interiorização do ensino superior, desde 1968, Durmeval Trigueiro (Apud, Horta, p. 41) chamou atenção para a “falácia da interiorização: a decisão de transformar algumas cidades do interior em micro-centros artificiais e sem nenhuma possibilidade de irradiação” [...]. Não que ele fosse avesso a expansão do ensino em cidades interioranas, mas com a seguinte ponderação:

A expansão pode realizar-se sob a forma de interiorização geográfica do ensino superior até o ponto em que, mediante um programa preparatório, se venha oferecer às populações do interior verdadeiras escolas superiores, e em segundo lugar, até o ponto em que as condições vigentes na área de inserção da escola permitam a absorção dos profissionais por esta formação [...] O autor, contudo, faz questão de frisar, que “tal doutrina não significa, todavia, condenar as comunidades menores a estagnação”. [...] Deste modo “o problema é reformular os modelos, instituindo padrões mais diferenciados de outros níveis além dos convencionais (Horta, 1975, p. 42).

Os autores acima mencionam que o Conselho Federal de Educação com base no art. 10º da Lei nº 5.540/68, promoveu “a realização de estudos destinados aos estabelecimentos dos distritos geo-educacionais”, com isso passaram a elaborar um instrumental no sentido de orientar a sua atuação no processo de expansão do ensino superior.

No entanto, dispositivos legais com medidas de incentivos e subvenções às faculdades e universidades particulares foram criados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), vejamos: a criação do crédito educativo, a isenção de impostos e concessão de bolsas. Com relação ao orçamento da União, a participação do MEC sofreu uma progressiva redução: em 1965, era de 11,7% e dez anos depois (1975) foi reduzida para 5,40%. No final dos anos 70, os investimentos do Estado Militar no setor educacional chegaram 4,17%, portanto, a política de retração de investimentos públicos no sistema educacional de natureza pública foi um fator que contribuiu para o acelerado crescimento de faculdades privadas (Martins, 1992, p. 65).

Assim sendo, os estudos de Germano (1993), referente à expansão do ensino superior nos anos 1980, confirmam que houve um aumento significativo de faculdades isoladas e de natureza privada, vejamos:

Em 1983, o Brasil contava com 868 instituições de ensino superior, das quais somente 67 eram legalmente classificadas como universidades, sendo 47 públicas e 20 privadas [...]. Em 1988, de acordo com o Ipea, existiam 871 instituições de ensino superior, sendo que 82,77% correspondiam às escolas isoladas e apenas 9,52% diziam respeito às universidades. Além do mais, 73,24% das instituições citadas são de caráter privado (GERMANO, 1993, p. 151).

Nossos pesquisadores revelam que essa tendência foi histórica e politicamente construída na medida em que o Conselho Federal de Educação adotou uma política favorável à

criação de inúmeras faculdades isoladas e de natureza privada, e paralelo a sucessiva retração de investimentos públicos para a educação pública.

Segundo Baldino² (1991) mesmo a conjuntura política dos anos 1970 sendo promissora para a expansão do ensino superior com a criação de faculdades isoladas, especialmente as do setor privado, em Goiás essa tendência foi tímida, haja vista até 1979 termos apenas duas Universidades (Universidade Federal de Goiás-UFG e Universidade Católica de Goiás-UCG) e nove estabelecimentos de ensino superior isolados (sendo seis particulares e três estaduais) (Baldino, 1991, p. 121).

Sobre o do processo de criação de cursos no interior goiano Baldino (1991) afirma:

“Nota-se uma primeira tendência de expansão via interiorização, no entanto, se localizando em determinadas regiões/cidades que polarizam política e economicamente o desenvolvimento regional: Anápolis, Rio Verde, Porto Nacional, Ceres, Jataí e Goiás” (BALDINO, 1991, p. 90).

Nesse sentido, nas cidades interioranas de Goiás lideranças políticas passaram a se mobilizar em busca da criação do ensino superior, seja com faculdades particulares ou um Campus da Universidade Federal de Goiás (UFG). No município de Catalão, o então Deputado Estadual Ênio Paschoal encaminhou um Requerimento³ a Assembléia Legislativa do Estado de Goiás (ALEG) solicitando a criação de uma Faculdade de Filosofia em Catalão. O documento chama atenção para a [...] “posição geográfica e crescimento demográfico” de Catalão e, por ser “uma vasta e rica região do Estado”. Também aponta a importância de se ter uma faculdade de Filosofia [...] “que servirá para a formação de professores de nível superior”.

Como não foi atendido, em 1975, o mesmo deputado encaminhou ofício⁴ a Associação Educativa Evangélica de Anápolis (AEEA), solicitando a criação de uma Faculdade de Filosofia em Catalão, mas a tentativa não logrou êxito.

Estando na presidência da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás (ALEG), o referido deputado encaminha um Ofício⁵ ao Reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG) em que solicita a [...] “instalação da extensão universitária ou implantação de um curso de nível superior, em Catalão” [...].

Posto isso, a Reitoria da Universidade, depois de consultar a Pró-Reitoria de Extensão, respondeu, por meio de ofício⁶, a solicitação do parlamentar nos seguintes termos:

“Como parte dos programas extensionistas da UFG, esta Pró-Reitoria de Extensão, em cumprimento a determinação de Vossa Magnificência, está recolhendo dados para elaborar um “Plano de Interiorização da Universidade”, a ser, previamente, submetido aos Conselhos Superiores da UFG. Este plano será fundamentado nos seguintes pontos:

1. a UFG procurará estender a 3 ou 4 municípios do interior goiano, dentro dos próximos 5 anos, alguns dos seus cursos de graduação;
2. não se trata de “criar ou de fundar faculdades no interior, mas de levar ao interior alguns cursos que não terão duração contínua, funcionando apenas o tempo suficiente para satisfazer às necessidades do mercado de trabalho que será evidenciado por levantamento e pesquisas prévios, levados a efeito pela própria Pró-Ex.;
3. o plano será aplicado a municípios em micro-regiões que apresentem consideráveis

surto de progresso e que, em conseqüência, revelem necessidade de recursos humanos habilitados para o desenvolvimento das atividades profissionais requeridas pelo mercado de trabalho presente e futuro;

4. os municípios eleitos deverão revelar real interesse pelos cursos que serão programados, vindo a participar, juntamente com a UFG, com recursos físicos e financeiros, cedidos via de Convênios a serem celebrados com as Prefeituras Municipais, Instituições Federais e/ou Estaduais com representações no local e com empresas privadas e/ou associações existentes nas comunidades”. (OF/GAB/SOC/Nº 01527, em 24 de setembro de 1979).

Conforme o dado Ofício a Pró-Reitoria de Extensão da UFG “estava recolhendo dados para elaborar um “Plano de Interiorização da Universidade”. Nesse sentido, uma equipe⁷ de professores e alunos do antigo Instituto de Ciências Humanas e Letras realizaram diagnoses dos municípios candidatos a instalação de um Campus Avançado da UFG segundo o projeto do “Plano de Interiorização”, são eles: Jataí, Catalão, Mineiros, Araguaína, Porto Nacional e Firminópolis.

O diagnóstico sobre o município de Catalão revela os cursos potenciais para a região, são eles: na área de Metalurgia e Engenharia de Minas, de Educação e, de extensão, na área Agro-Pecuária. Vejamos um trecho do referido Diagnóstico:

É sobejamente conhecida a Filosofia de Ação da Pró-Reitoria de Extensão. Não vem ao caso recordá-la. No encerramento do presente estudo, faz-se mister concluir qual será o tipo de ação mais recomendado para Catalão.

Diante da realidade de ser um município dos demais por ter uma característica de “campo mineração”, extremamente rico, portanto, um dos vários municípios em que se reside as esperanças de resgate econômico do Brasil, será tarefa primordial da UFG, ajudar aos cidadãos de Catalão a dominarem os conhecimentos para que realmente tomem posse das riquezas que a natureza colocou sob sua responsabilidade e tenham condições de transformá-las em instrumentos de sua redenção econômica. [...] Recomendável, pois, seria que os cursos a serem levados para Catalão estivessem diretamente ligados com a mineração. Poderiam ser, por exemplo, iniciados cursos de Geografia, para facilitar a presença de pessoas altamente conhecedoras da região, podendo inclusive entender bem sobre a Fisiografia, as características do solo e do subsolo. Outro curso possível seria o de Geologia, mais diretamente ligado com o conhecimento do subsolo. E um terceiro curso recomendado, seria sobre Engenharia de Minas.

Cursos desta natureza estariam postos em ligação direta com o problema de instrumentalização de pessoal do local, para assumir responsabilidades sobre aquilo que o município tem de mais importante (Universidade Federal de Goiás/Pro-Reitoria de Extensão. Diagnose do Município de Catalão – 7. Conclusão: 03, 04. Goiânia, dezembro de 1980).

Portanto, a área de formação profissional premente seria a dos cursos que atenderiam a exploração Mineral-químico do Município, tendo em vista que Catalão, assim como Ouidor, têm reservas minerais de Fosfato, Nióbio, Titânio, Vermiculita e Terras Raras. Quanto ao crescimento econômico do município digamos que este veio ter uma nova arrancada desde os anos de 1976⁸ com a implantação das Companhias Mineradoras, qual seja:

A implantação dos complexos industriais e exploratórios da Mineração Catalão de Goiás, hoje com 400 empregados, da Fosfatos de Goiás S. A. – Fosfato -, com 480

empregados e a Goiás Fertilizantes S. A. – Goiasfértil -, em implantação, com 274 empregados, desestruturou a economia do Município, até então baseada na agro-pecuária. Considerando-se que atualmente, com uma indústria – a Goiasfértil – ainda em fase de implantação, pelo menos 5.500 pessoas são beneficiárias diretas da nova estrutura de empregos; e ainda que o efeito multiplicador de empregos do setor industrial é uma realidade urbana, de um lado. E de outro, as precárias condições de vida do homem do campo, temos aí montado todo um quadro das migrações da zona rural em direção a zona urbana [...] (Universidade Federal de Goiás/Pró-Reitoria de Extensão. Diagnose do Município de Catalão – Anexo I: 02. Goiânia, dezembro de 1980).

A interiorização do capital se faz assumindo um percurso em direção as denominadas cidades pólos de desenvolvimento regional, nesse sentido, a Universidade engajada em tal conjuntura política e econômica procurou nortear sua política de extensão não somente com atividades de estágios e prestação de serviços a comunidades carentes, como foi definida a política de extensão universitária durante o Regime Militar, mas, nos anos 1980 com o seu Programa de Interiorização a UFG optou pela implantação de *Campi* Avançados com ofertas de cursos em cidades pólos. Seriam cursos temporários, pois seriam oferecidos de acordo com a demanda profissional local e regional.

Em uma entrevista que realizamos a Professora Maria do Rosário Cassimiro, então Reitora⁹, assim explicitou:

“No início foram selecionadas cidades consideradas pólos de desenvolvimento, então o Campus deveria ter um caráter regional, o de Catalão deveria abranger aquela micro-região. O de Jataí poderia ter sido feito em Rio Verde, que é um pólo de desenvolvimento importantíssimo, mas Rio Verde já tinha um começo de ensino superior com a FESURV, por isso foi deslocado para Jataí que é um pólo de desenvolvimento. Essa é a razão porque foi feito em Jataí e não em Rio Verde. Porto Nacional era o pólo de desenvolvimento do meio norte goiano. Araguaína, um pólo de desenvolvimento do extremo norte goiano, onde nós chegamos a trabalhar bastante para fundar, instalar lá um Campus Avançado, chegamos a escolher terreno e elaborar minuta de convênio, mais Araguaína teve uma infelicidade com os prefeitos, logo em seguida venceu o mandato do Prefeito da época, veio o outro Prefeito, que não se interessou muito, depois esse Prefeito foi cassado por irregularidades, veio o Vice-Prefeito assumiu. O Vice-Prefeito também teve alguns problemas, acabou sendo assassinado. Saiu. Houve uma série de infelicidades no caso de Araguaína, aí venceu também meu mandato de Reitora e tudo ficou como Dantes no quartel de Abrantes. Mas, até então conseguimos criar, Jataí, Firminópolis, Porto Nacional e Catalão que foi o último dos quatro. Catalão foi o último, muito embora, em 78, nós já estávamos estudando, fazendo o diagnóstico do município de Catalão para ver qual era a vocação para a instalação dos cursos, qual era a maior necessidade, descobrimos que era língua portuguesa, tanto que lá começou com o Curso de Português, esse diagnóstico todo foi feito em 78 e o Campus de Catalão foi criado finalmente em 83, senão me falha a memória. (Entrevista da Professora Maria do Rosário Cassimiro, 2004).

Segundo a professora somente os *Campi* de Jataí e Catalão foram estruturados para desenvolverem as duas atividades, visto que havia, por parte da comunidade, interesse em cursos superiores, isto é:

[...] começamos a pensar as duas coisas juntas, para Catalão e Jataí. Não Porto Nacional e Firminópolis aonde continuamos realizar atividades de extensão universitária. Mas, em Catalão e Jataí começamos, concomitantemente, a trabalhar na elaboração

dos cursos fazendo esse diagnóstico e no diagnóstico buscando saber qual era a maior necessidade, que era nossa intenção e começou assim em Jataí. [...] A intenção era atender a necessidade da comunidade e mudar, tirar aquele curso e colocar outro. E aquele curso seria removido pra outro Campus. [...] Em Jataí nós começamos com os cursos de Ciências, que foram os mais solicitados. Como Jataí começou mais no princípio, bem no princípio do meu Reitorado, em Jataí nós fizemos dois ou três vestibulares e paramos, porque a comunidade foi atendida, não havia mais necessidade de professores na área das ciências, então entramos com a pedagogia, que havia muita falta de pedagogos [...] Depois da pedagogia, eu já tinha deixado os primeiros estudos iniciados na minha gestão para colocar enfermagem, aproveitando os laboratórios do Curso de Ciências para remontados, adequados, convenientemente, para o curso de enfermagem. A Faculdade de Enfermagem aqui em Goiânia, naquele tempo era Enfermagem e Nutrição, era uma Faculdade só, já estava sensibilizada para elaborar o programa de instalação, em Jataí, do Curso de Enfermagem, que muito necessário naquela região como em qualquer região do Brasil. A necessidade de enfermeiras formadas é muito grande, é um mercado enorme. Mais isso também venceu meu mandato e não teve continuidade. (Entrevista da Professora Maria do Rosário Cassimiro, 2004).

A diagnose então realizada sobre Catalão também destacou que o Estado sustentava no município um Centro de Formação de Professores. Em tal instituição professores da rede estadual de ensino, em regime de internato, faziam os cursos de reciclagem durante 4 meses ou 720 horas. Segundo os dados dos 8 professores do Centro somente 2 tinham licenciatura plena e, em média, eram atendidas 30 cidades de todo País. Nesse sentido, a conclusão foi a seguinte:

[...] já é chegado o momento de a Universidade assumir a dianteira na elevação do nível de ensino de 1º e 2º graus em nosso Estado. Vimos que o Centro de Formação de Professores de Catalão, que tem prestado um serviço inestimável até agora, atende professores vindos de pelo menos 30 cidades, mas com cursos de reciclagem. Por que não aproveitar tal estrutura e levantar em Catalão a bandeira da Licenciatura Plena, a partir de um Curso Universitário de nível pleno? Sendo pólo econômico-industrial, Catalão irradiará sua influência por toda a micro-região do Sudeste Goiano também em termos educacionais (Universidade Federal de Goiás/Pró-Reitoria de Extensão. Diagnose do Município de Catalão – Anexo I: 05. Goiânia, dezembro de 1980).

Dessa feita, o Conselho Universitário da UFG, em reunião no dia 28 de fevereiro de 1980, sob a presidência do Magnífico Reitor prof^o José Cruciano de Araújo, dentre as matérias em pauta discutiu com o plenário “o Projeto de Resolução que provê sobre os Campi da UFG” (Ata do Egrégio Conselho Universitário da UFG: 4). Segundo o Magnífico Reitor, o Sr^o Ministro da Educação entendia que as populações que compunham os chamados “bolsões de pobreza nas cidades do interior, muitas vezes intelectual e cultural” (Ata do Egrégio Conselho Universitário da UFG, p. 4) deveriam ser socorridas pela universidade. Nesses termos:

Foi feito, então, pela UFG, comunicação ao Senhor Ministro, SESu e Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus, quando do Encontro de Reitores em Curitiba, o programa de atividades desta Universidade que visava outra coisa senão à formação de professores e leva-la ao interior do Estado para não se limitar apenas no âmbito da cidade de Goiânia. O Plano de Interiorização da UFG já se encontra pronto na CCEP e virá nesse Conselho para aprovação final, bem como os Convênios com as prefeituras de Porto Nacional, Jataí e Firminópolis (Ata do Egrégio Conselho Universitário da UFG, p. 4).

Assim sendo, os primeiros cursos oferecidos nos *Campi* Avançados, oriundos do Plano/ Programa de Interiorização da UFG, foram os das áreas de formação de professor, pois:

Manifesta o Reitor à necessidade de que a UFG seja interiorizada, no sentido de que, tal como está preconizado para o III Plano Setorial de Educação as suas atividades redundam em uma política de habilitação e valorização do magistério e de integração da Universidade no processo de desenvolvimento da Região (Ata do Egrégio Conselho Universitário da UFG, p. 4).

Mas, quanto ao município de Catalão que não estava incluído no Programa de Interiorização? Nessa mesma reunião do dia 28 de fevereiro de 1980, um dos Conselheiros ali presentes, filho da cidade de Catalão, com justificativas alicerçadas na realizada pela equipe da UFG, apresenta uma ementa ao Projeto do “Programa de Interiorização da UFG”, na qual solicita a inclusão da cidade de Catalão no respectivo Programa de Interiorização. Feito isso, o Egrégio Conselho Universitário da UFG votou favorável a ementa do referido Conselheiro, portanto, a cidade de Catalão passou a fazer parte do referido Programa de Interiorização.

Dentre as muitas razões para que a cidade de Catalão não estivesse sendo contemplada no Programa de Interiorização da UFG, sobretudo depois do empenho dos seus políticos em se criar no município faculdades ou um Campus da UFG, uma provável questão possa ser com relação as brigas político-partidárias entre os antigos ARENA versus MDB – anos 1970 – e anos 1980 – PDS - PFL versus PMDB. Diga-se de passagem que a Professora Maria do Rosário Cassimiro e o respectivo Conselheiro Professor Arédio Teixeira Duarte, são também natural de Catalão. Inferi-se que os conflitos são complexos numa amplitude política de natureza partidária e também personalista.

Efetivamente outras questões preocupavam os Conselheiros da UFG, dentre elas, os recursos humanos e materiais que estariam assegurando o funcionamento dos *Campi*. A então Conselheira e Coordenadora Geral do Programa de Interiorização explicou que a proposta não era de se criar faculdades no interior, portanto, os cursos funcionariam até atender a demanda local e regional. Quanto à manutenção da instituição se buscaria os recursos disponíveis dos municípios, inclusive as instalações ociosas. Assim, a execução do Programa de Interiorização da UFG obedeceria aos seguintes critérios:

[...] Para o desenvolvimento do Programa serão utilizados recursos humanos do próprio quadro de pessoal da UFG, recursos humanos de outros Órgãos da Administração do Estado e dos Municípios colocados a disposição do Programa.

À conta do Programa será admitido pessoal em número e categoria profissional ou ocupacional, para apoiar e desenvolver os projetos/atividades a nível da administração central e local.

Em relação aos recursos materiais serão utilizados os seguintes:

- Prédios e instalações existentes nas comunidades (municípios selecionados), cedidos pelas Prefeituras Municipais e/ou Órgãos Públicos e Privados.
- Esses prédios deverão ser ampliados e/ou adaptados às necessidades de alojamento, cozinha, refeitório, biblioteca e demais serviços, para equipes de professores e alunos estagiários.
- Material permanente e equipamentos cedidos pelas comunidades, material perma-

nente e equipamentos disponíveis na UFG e material permanente adquiridos à conta de recursos financeiros do Programa.

Os recursos financeiros serão oriundos de Convênios celebrados entre a UFG/Prefeituras, UFG/outros Órgãos Públicos e Privados e recursos da própria Universidade.

(Programa de Interiorização da Universidade Federal de Goiás – 2. Condições de Execução, 1980).

Nesse sentido, a UFG, para efetivar sua proposta de expansão e interiorização cria uma política de parcerias com as Prefeituras Municipais mediante a celebração de convênios. Pelo exposto acima a universidade estaria celebrando convênios também com outros órgãos públicos e privados, pois as parcerias com instituições públicas estaduais e municipais, também com entidades privadas, ela alocaria recursos financeiros, infraestruturais e de capital humano no processo de estruturação e consolidação de sua política de expansão e interiorização acadêmica.

Destarte, o Conselho Federal de Educação deu parecer favorável ao Programa de Interiorização da UFG: Parecer nº 151/83 que “prevê a instalação de *Campi* Avançados no Interior do Estado, sob a forma de cursos emergenciais” [...] (Documenta nº 268, abr. 1983, p: 169 – 170).

A professora Elza Maria Stacciarini, ex-Coordenadora do Curso de Geografia do CAC e ex-Diretora do CAC, relata que em fevereiro de 1983 professores da UFG, inclusive ela pelo Curso de Geografia, das Licenciaturas de Geografia e de Letras estiveram em Catalão oferecendo um Curso de Capacitação aos professores das Redes Estadual e Municipal de Ensino:

[...] Eram cursos que a Pró-Reitoria de Extensão programava, se não me engano, em convênio com o Estado e as Prefeituras locais. Nós ficamos lá quinze dias. [...]. Nessa época que a gente foi dar esse curso, a professora Maria do Rosário Cassimiro era Pró-Reitora de Extensão, foi pedido pra gente fazer um levantamento com os professores do interesse de se montar cursos superior naquele município. E o interesse foi muito grande. A gente aplicou questionário não só com os professores que estavam fazendo o curso, mais com a comunidade. E nessa época mesmo a gente já foi conhecer as instalações do antigo Centro de Formação de Professores que tinha uma idéia de que o Campus seria instalado ali.

[...] Desse questionário apareceu muito, a frequência foi muito grande pedindo Geografia, Português e Biologia [...] (Entrevista da professora Elza Maria Stacciarini, 2004).

E assim o Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás – CAC/UFG – foi inaugurado no dia 17/12/1983. O CAC foi instalado onde até então eram as instalações do Centro de Formação de Professores Primários¹⁰, posto que, depois de doado¹¹ a UFG foi reformado para funcionar como um Campus Avançado da Universidade. Entre os anos de 1984 e 1985 foram desenvolvidas atividades de estágios e prestação de serviços junto à comunidade.

Assim, nos dias 27, 28 e 29 de novembro de 1984, o CAC numa parceria com a Faculdade de Educação, com o patrocínio da Pró-Reitoria de Extensão e co-patrocínio da Prefeitura Municipal de Catalão, bem como do Setor Regional da Merenda Escolar e das Prefeituras Municipais de Anhanguera, Davinópolis, Campo Alegre, Cumari, Goiandira, Nova Aurora, Ouvidor, Três

Ranchos e Pires Belo realizou o Primeiro Encontro Regional de Professores de Escolas Públicas - I EREP. Como resultado desse I EREP um “documento proposta” e um abaixo assinado foi encaminhado à Pró-Reitoria de Extensão. Nesse documento os professores solicitavam cursos de complementação de Estudos em Licenciatura Plena, nas áreas de Português, Estudos Sociais e Matemática (O Pirapitinga – Boletim Informativo do Campus Avançado da UFG em Catalão – Número Experimental nº 00 - Ano I – abril/1985).

Mas, a implantação de cursos no CAC se esbarrou em algumas dificuldades dentro da própria UFG, pois a Reitoria ao convidar os Departamentos de determinados cursos, por exemplo: o de Geografia e o de Letras, para criarem vagas que atendessem os *Campi* do interior, ela encontrou resistências. Um dos problemas levantados era o fato de não haver quadro docente suficiente para estar cumprindo atividades em seus cursos em Goiânia e nos dos *Campi* do interior. Também questionavam sobre os riscos de se implantar cursos em *Campi* Avançados na dependência de recursos oriundos das Prefeituras locais e/ou outras instituições e órgãos públicos e privados. Afinal, assim foi estabelecida as “Condições de Execução” do Programa de Interiorização da UFG – 1980.

A então professora Elza Maria Stacciarini, diz o seguinte:

A escolha de Geografia e de Letras eu não sei se foi da Reitoria, se foi da Prefeitura, se foram os dois em comum acordo. Eu sei que não foi do Departamento de Geografia, nem do departamento de Letras em si. Foi uma reivindicação da comunidade e que a Reitoria abraçou a causa. A Reitoria pediu que o Departamento estudasse a viabilidade da implantação de um curso lá. Foram várias reuniões, assim de março até setembro quando foi aprovado, foram sete meses praticamente de reuniões quase que semanalmente. Na verdade [...] não houve um ganho mesmo numa reunião da implantação do curso. Foi mais assim atendendo um pedido da Reitoria e não porque o Departamento de Geografia tivesse aprovado por consenso, por unanimidade ou por maioria absoluta não. A implantação ela se deu porque alguns professores se comprometeram a levar o curso [...] (Entrevista da professora Elza Maria Stacciarini, 2004).

Com relação às dificuldades no processo de implantação de cursos no CAC uma outra contribuição é a do professor do curso de Letras da UFG, Braz José Coelho, catalano, ex-Coordenador do Curso de Letras do CAC e ex-Diretor do CAC, afirma:

[...] Em 85 o Haley fez um pedido de cursos pra cá [...] nós estávamos com um problema muito sério na Universidade nesta época, nós não tínhamos pessoal, era a época que agente chamava de o decretão. Era um decreto que durante mais ou menos cinco, oito anos não poderia contratar ninguém, não poderia ter concurso. A saída era aquela de professor colaborador, que encheu a universidades de professor colaborador porque não tinha concurso [...] (Entrevista do professor Braz José Coelho, 2003).

Podemos assim dizer que a implantação dos primeiros cursos no CAC decorreu, sobretudo, da ação política da Reitoria da UFG junto as Unidades e Departamentos de Cursos, assim como de sua ação política na realização de uma parceria com a Prefeitura Municipal de Catalão. Os primeiros convênios de implantação de cursos celebrados entre a Universidade Federal de Goiás e Prefeitura Municipal de Catalão foram: Convênio nº 34/85 Licenciatura Plena

em Letras e Convênio nº 35/85 Licenciatura Plena em Geografia. Em 1987 novos Cursos de Licenciaturas Plena foram implantados: Pedagogia (Convênio/UFG/nº 31/87) e de Matemática (ConvênioUFG/nº 32/87).

Dessa feita, entre os anos 1986 e 1996, mediante os convênios celebrados entre a UFG e a Prefeitura Municipal de Catalão, sete Cursos de Graduação estavam implantados no CAC. Os outros dois cursos de Licenciatura Plena foram: Educação Física, convênio celebrado em 1989 e História em 1990. Em 1996 se implantou o primeiro curso fora da área de licenciatura: o Curso Ciência da Computação.

Entendemos que a participação da sociedade política e da sociedade civil organizada do município de Catalão foi decisiva para a Reitoria e seus pares, em toda a sua dimensão político-acadêmica, pois ela encontrou elementos que legitimaram suas ações pela expansão e interiorização da universidade nos anos 1980.

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (Isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um fato mecânico, mas um devenir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no senso de “distinção”, de “separação”, de independência apenas instintiva, e progride até a posse real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária (Gramsci, 1995, p: 21).

Os caminhos dessa trajetória nos evidenciam que para além das políticas macro estruturais a história de uma instituição é construída na mediação entre os caminhos do institucionalizado e as práticas sócio-culturais e políticas que os atores no decorrer do processo vão tecendo.

REFERENCIA

- BALDINO, José Maria. Ensino Superior em Goiás em tempos de euforia – Da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80. Goiânia/Go. 1991. Faculdade de Educação – UFG. Mestrado em Educação Brasileira (Dissertação – Mimeo).
- GERMANO, José Willington. Estado Militar e Educação no Brasil (1964 – 1985). São Paulo: Cortez, 1993.
- GRAMSCI, Antônio. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- HORTA, José Silvério Baia. Expansão do ensino superior no Brasil: Mecanismos e Tendências. In: *Universidade: Aspectos, Definições e Tendências*. Revista de cultura Vozes, nº 06, ano 69, 1975, Petrópolis.
- LIMA, Valdivino Borges. Os caminhos da Urbanização/Mineração em Goiás: o estudo de Catalão (1970-2000). Uberlândia: UFU, 2003 (Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFU).
- MARTINS, Carlos Benedito (org). Ensino superior brasileiro: transformações e perspectivas. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- SILVA, Maria José da. A História do Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás: 1983 – 2002. Goiânia: UCG, 2009.

(Endnotes)

- 1 Este texto compreende um recorte da Dissertação de mestrado intitulada “...” e transformada em livro. Ver em SILVA, 2009.
- 2 Sobre esse assunto ver: BALDINO, José Maria. Ensino Superior em Goiás em Tempos de Euforia – Da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80. Goiânia, 1991 (Dissertação de Mestrado em Educação Brasileira – FE/UFG).
- 3 Requerimento do Deputado Ênio Paschoal encaminhado ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás (ALEG) em 26 de novembro de 1971
- 4 Ofício nº 407/75 do Deputado Ênio Paschoal encaminhado ao Secretário Executivo da Associação Educativa Evangélica de Anápolis (AEEA) em 23 de junho de 1975.
- 5 Ofício nº 092/79 do Deputado Ênio Paschoal encaminhado ao Magnífico Reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG), em 18 de julho de 1979.
- 6 OF/GAB/SOC/Nº 01527 Do Reitor da Universidade Federal de Goiás ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, em 24 de setembro de 1979 – Assunto: sobre a implantação de um curso de nível superior, em Catalão.
- 7 Anexo I – Relatório final da pesquisa realizada em Catalão, visando à implantação de cursos superiores. Goiânia, 10 de julho de 1980.
Equipe: Helder Vitor Mulatino: Sociólogo, professor do Instituto de Ciências humanas e Letras; Marcolina Martins Garcia: Antropóloga e professora do Instituto de Ciências Humanas e Letras; Alunos (as): Dilamar Cândida Martins, Leila Miguel, Luciene Lima de Assis, Maria Aparecida – Curso de Ciências Sociais; Margareth Augusta Hochleitner e Clóvis Garcia de Souza Filho – Curso de Jornalismo.
- 8 Sobre mineração em Catalão ver: LIMA, Valdivino Borges. Os caminhos da Urbanização/Mineração em Goiás: o estudo de Catalão (1970-2000). Uberlândia: UFU, 2003 (Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFU).
- 9 A Professora Maria do Rosário Cassimiro esteve como Pró-Reitora de Extensão durante a gestão do Professor José Cruciano de Araújo -1978 – 1981 - e, como Reitora da UFG durante os anos 1982 – 1985.
- 10 Funcionou entre 1966-1983.
- 11 Art. 1º - Fica o Serviço de Patrimônio da União autorizado a promover a cessão, sob forma de utilização gratuita, à Universidade Federal de Goiás, autarquia vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, do terreno, com área de 968.000,00m (novecentos e sessenta e oito mil metros quadrados), situado a fazenda Pé do Morro, Município de Catalão, Estado de Goiás, de acordo com os elementos constantes do processo protocolizado no Ministério da Fazenda, sob o nº 0180-02.947, de 1983.
Art. 2º - O terreno a que se refere o artigo 1º desta Portaria destina-se à implantação do “Campus” Avançado daquela Universidade, no prazo de (5) cinco anos, a contar da data da assinatura do contrato de cessão, a lavrar-se em livro próprio do Serviço do Patrimônio da União (Portaria nº 402, de 30 de setembro de 1983; Diário Oficial da União aos 05 de outubro de 1983, p. 17049).